Texto para Discussão

2624

Brasília, janeiro de 2021

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

DEMOCRACIA DIGITAL: MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS EM DADOS ABERTOS, GOVERNO DIGITAL E OUVIDORIAS PÚBLICAS

Daniel Pitangueira de Avelino
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <daniel.avelino@ipea.gov.br>.

João Cláudio Pompeu
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diest/Ipea. *E-mail*: <joao.pompeu@ipea.gov.br>.

Igor Ferraz da Fonseca
Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: <igor.fonseca@ipea.gov.br>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2624

As relações entre o Estado e a sociedade civil, as esferas públicas e os modelos de democracia e de participação social foram e continuam sendo continuamente influenciadas pelo rápido avanço das tecnologias de informação e comunicação. Entre os anos 1990 e início dos anos 2000, tanto a teoria quanto os experimentos sobre novas formas de participação mediadas pela tecnologia redirecionaram seus esforços para compreender o surgimento e a expansão da internet, assim como suas possibilidades e limites para a democracia. Atualmente, os conceitos de e-democracia e, sobretudo, de democracia digital ganham destaque na academia e na prática política. Nos últimos anos, sob o rótulo de democracia digital, foram desenvolvidas pesquisas em diferentes campos com distintas perspectivas. Os estudos se concentram em temas como participação política; deliberação *on-line*; campanhas *on-line* e partidos políticos; parlamento digital; mobilização política e internet; transparência digital; governo aberto e dados abertos; governos inteligentes (*smart government*); mídias sociais e populismo; entre outros.

Os autores decidiram iniciar um mapeamento das principais iniciativas de governo aberto ativas no governo federal no ano de 2019, área ainda pouco explorada na literatura, em uma tentativa de traçar as características do cenário brasileiro de uso da internet e promoção da transparência.

Este estudo exploratório apresenta as iniciativas da Secretaria de Governo Digital, do Ministério da Economia (SGD/ME); da Ouvidoria-Geral da União (OGU); e da Diretoria de Transparência e Controle Social, da Controladoria-Geral da União (CGU). Para coletar as informações, foram realizadas entrevistas com dirigentes e técnicos responsáveis por esses temas, seguidas de consulta à documentação por eles mencionada.

Apesar de se tratar de um esforço ainda preliminar, já é possível tirar algumas lições sobre a pesquisa desenvolvida durante o ano de 2019. A primeira delas é que o termo democracia digital na verdade engloba múltiplas área de estudo e investigação, cada qual com trajetória própria e com conceitos e metodologias de análise específicas. Áreas e temas tão dispares, como governo eletrônico, redes sociais, notícias falsas (*fake news)*, cidades inteligentes, parlamento digital, transparência, redes sociais, inteligência artificial, entre outras, são, por vezes, englobadas em um guarda-chuva genérico, que é pouco útil em termos analíticos. Ainda que existam sobreposições pontuais, a tendência de cada uma dessas áreas é a autonomia crescente e a constituição de campos próprios de pesquisa e de prática empírica.

Embora seja importante ressaltar que se trata de um mapeamento preliminar e não exaustivo, este estudo identificou que a CGU tem papel central e orientador em torno das políticas de governo aberto e de ouvidorias no âmbito federal.

Outra frente identificada na pesquisa foi a emergência e, sobretudo, o fortalecimento da agenda em torno da digitalização de serviços públicos no

Poder Executivo federal em 2019. A SGD/ME assumiu a tarefa de digitalizar o conjunto de serviços públicos federais, com o objetivo de concentrá-los em um portal único, para facilitar o acesso e ampliar e simplificar a prestação dos serviços.

Diante dos casos analisados, pontos em comum observados sugerem algumas hipóteses de pesquisa, a seguir mencionadas, que serão testadas em estudos posteriores.

1) *Reprodução de desigualdades*: a primeira diz respeito à reprodução de desigualdades por meio da internet como canal de implementação de políticas públicas. Existe um risco de que, diante do cenário de desigualdade na forma de acesso aos canais eletrônicos, o estímulo à adoção de meios digitais para oferta de serviços e interação com os cidadãos acabe agravando assimetrias preexistentes.

2) *Produção de dados para orientação de decisões*: uma segunda hipótese considera que a coleta e a análise de dados sejam um fator relevante para o aperfeiçoamento e a promoção da qualidade dessas políticas. Os três casos investigados mostram estratégias baseadas em censo, mapeamento, formação de bases de dados e integração de informações como formas de orientação para as tomadas de decisão.

3) *Individualização da participação*: mais uma hipótese que merece investigação futura é a possível emergência de um novo modelo de participação social, no lugar daqueles que vigoraram nas últimas décadas. Os três casos sob análise destacaram a necessidade de interação entre o Estado e os cidadãos, considerados em sua forma individual e atomizada, e a internet aparece como canal preferencial de interlocução de forma direta, sem a necessidade de mediação por organizações da sociedade civil (OSCs) ou instâncias de participação social.

SUMÁRIO EXECUTIVO